

39º Encontro Anual da Anpocs

SPG14 - Partidos políticos e sistemas de partidos

O Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados: Análise da Indisciplina das
Tendências Internas do PT

Cristiana Maglia (UFRGS) e Paulo Sérgio Peres (UFRGS)

As tendências do PT e a disciplina partidária na Câmara dos Deputados

Resumo

O presente artigo busca analisar a disciplina dos deputados do Partido dos Trabalhadores em meio às suas transformações no sistema político brasileiro e em sua organização interna. Na última década, o PT vem tendo sua indisciplina aumentada, ao mesmo tempo em que parte da literatura aponta para mudanças em sua organização política, sua prática e seu discurso. Para isso, é estudada a composição das tendências internas na indisciplina do PT na Câmara dos Deputados. A análise sugere a possibilidade de que a indisciplina parlamentar tenha canalizado a oposição interna do partido, por vezes inclusive resultando em dissidências, como resposta aos impactos de suas transformações na democracia interna do partido.

Introdução

O objetivo deste artigo é compreender a indisciplina parlamentar do Partido dos Trabalhadores (PT), a partir das mudanças que a organização política sofreu ao longo de sua trajetória. Primeiramente, vale salientar que o PT se destaca no sistema político brasileiro pelo elevado nível de disciplina parlamentar. Contudo, essa disciplina em relação ao voto tem diminuído ao longo da última década, particularmente após a eleição do partido à presidência da república. Ao mesmo tempo, observa-se a emergência de uma literatura sobre as modificações que o partido vem sofrendo no sistema político brasileiro e em sua estrutura interna neste mesmo período (HUNTER, 2010, LACERDA, 2010, RIBEIRO, 2010). Neste sentido, o presente trabalho busca discutir a manifestação dos processos explicados nesta literatura no crescimento da indisciplina partidária do PT.

A formação e transformações do partido serão revisadas a partir da literatura de referência sobre o tema nas duas primeiras seções do artigo. A primeira parte discutirá o processo de formação do PT no sistema político brasileiro desde sua fundação até a sua presente gestão do executivo federal (MENEGUELLO, 1989, KECK, 1991, HUNTER, 2010). A segunda parte discutirá esse processo na organização interna do partido (AZEVEDO, 1995, LACERDA, 2002, AMARAL, 2010, RIBEIRO, 2010). Essa revisão servirá de fundamento para a análise da indisciplina partidária dos deputados da Câmara dos Deputados e das correntes às quais os parlamentares mais indisciplinados estão vinculados.

Nesse sentido, serão analisados os deputados cuja indisciplina foi um desvio padrão superior à média de votações indisciplinadas em cada mandato. Os dados das votações nominais utilizados fazem parte do Banco de Dados Legislativos do Centro

Brasileiro Análise e Planejamento (CEBRAP)¹. Será também instrumentalizado o Índice de Rice sobre os dados das votações nominais no plenário da Câmara desde a eleição de 1987, como panorama da evolução da coesão partidária do PT ao longo do tempo. A instrumentalização desse Índice foi feita pelo Núcleo de Estudos Comparados e Internacionais (NECI), da Universidade de São Paulo.

A formação do Partido dos Trabalhadores

A história do Partido dos Trabalhadores se funde com a transição democrática no Brasil. A fundação do partido se deu no contexto das medidas da transição “lenta, gradual e segura” do Presidente General Ernesto Geisel e de sua continuidade com o Presidente General João Figueiredo, que assumiu a Presidência da República em 1979. Também fez parte dessa conjuntura, uma série de dificuldades econômicas, que agravavam a desigualdade progressiva de renda do país. Depois de 12 anos de regime eleitoral bipartidário, a promulgação da lei nº 6767 em 1979 institucionalizou o multipartidarismo, dentro da proposta política de distensão, mas também como uma resposta do governo militar aos ganhos eleitorais que o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) vinha obtendo, no intuito de dividir suas lideranças e votos. Contudo, o governo militar não esperava a criação de um novo sujeito político de representação, saído da junção entre o novo sindicalismo, intelectuais de esquerda e partes progressistas da Igreja Católica, que possuía uma pauta específica de participação da classe trabalhadora na política brasileira.

Em dois importantes trabalhos sobre a história da formação e a institucionalização do Partido dos Trabalhadores, Rachel Meneguello (1989) e Margaret Keck (1991), apresentam o partido como novidade e anomalia, respectivamente, com uma posição única no sistema político brasileiro do período da redemocratização. As autoras afirmam que a formação do PT está intimamente ligada ao surgimento do *novo sindicalismo*, no final dos anos 1970, em São Paulo, especificamente na região do ABCD paulista. O novo sindicalismo era consequência das transformações passadas pelo Brasil nas décadas anteriores, com crescimento econômico acelerado na indústria e respectivo aumento do número de operários. Tal processo, conduzido com ampliação da concentração de renda, acabou por marginalizar a população trabalhadora tanto econômica quanto politicamente. O novo sindicalismo (ou sindicalismo autêntico) foi assim chamado pela nova forma de

1 Agradeço ao prof. Dr. Fernando Limongi por gentilmente haver disponibilizado os dados.

conduzir o conflito entre capital e trabalho, distinto do modo tradicional, atrelado ao Estado e por ele (KECK, 1991). Assim, buscou redefinir a plataforma de reivindicações do movimento sindical, com pautas específicas sobre 1) mudanças na legislação trabalhista brasileira, 2) negociações diretas entre os sindicatos e as empresas, 3) alteração da política de arrocho salarial, 4) direito de greve, entre outros pontos, por meio de atuações políticas, como as greves de 1978, 1979 e 1980, deflagradas pelos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, no ABC paulista (MENEGUELLO, 1989).

Quando as greves alcançaram outros setores, para além dos trabalhadores industriais, e outras regiões, o novo sindicalismo se tornou um novo ator político, precisamente com a reforma partidária de 1979, que deu a oportunidade para que forças sindicais propusessem a criação de um partido político. As palavras de Luís Inácio Lula da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema (SMSBCD), explicitam essa proposição:

Foi só com as greves que percebemos a necessidade de participação política. Vimos que os dois campos estavam muito ligados. (...) Descobrimos então a necessidade da organização política do trabalhador para que servisse de amparo e de alternativa de organização. Daí a proposta do Partido dos Trabalhadores (LULA, 1980 apud MENEGUELLO, 1989, p. 55).

Às ideias dos sindicalistas, como Lula, Olívio Dutra (do sindicato de bancários do Rio Grande do Sul) e João Paulo Pires Vasconcelos (do sindicato dos metalúrgicos de João Monlevade, em Minas Gerais), de um partido *para e com* os trabalhadores, foram somados ideais de intelectuais de esquerda, militantes de movimentos sociais e de tendências clandestinas de esquerda, membros ligados às Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica e alguns parlamentares emedebistas, para a construção de um partido de composição heterogênea. O PT buscou, então, dentro das especificações legais impostas pela Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP), criar um espaço para possibilitar a participação ativa e a representação da classe trabalhadora no processo político institucional (MENEGUELLO, 1989, KECK, 1991). A fundação do partido se deu no dia 10 de fevereiro de 1980, com a presença de 1200 militantes de dezoito estados em São Paulo, no Colégio Sion.

Segundo Meneguello (1989), o PT não foi previsto pelo condutor da abertura política, o governo militar, e estava ausente da oposição até então formada, representada

pelo MDB. Isso fez com que o partido fosse salientado pela autora como uma “*novidade* no arranjo de forças políticas advindo com a Reforma Partidária de 1979, qual seja, a ruptura com os padrões conhecidos de organização partidária no Brasil” (MENEGUELLO, 1991, p. 21, grifo meu). Dessa forma, a autora afirma que a origem do partido é a primeira característica que o destaca no quadro da história partidária brasileira. O segundo destaque do PT tange à organização e funcionamento internos, que primam pela militância permanente e pela ligação estreita com as organizações de base, preterindo a disputa eleitoral frente as lutas sociais. O terceiro ponto de singularidade diz respeito à proposta política petista, de orientação ideológica, definida pelo caráter classista.

Essas três especificações do modelo petista fazem com que a autora enquadre o PT como partido de massas, segundo a classificação de Maurice Duverger (1980). Meneguello reconhece que, apesar da importância histórica do trabalho “Os Partidos Políticos”, Duverger é tido pela literatura como ultrapassado pela inadequação de seu modelo analítico aos partidos e sistemas partidários. Contudo, a autora apresenta e discute o modelo de análise de organizações e partidos de massa de Duverger, afirmando que o “Partido dos Trabalhadores adequa-se a ele na sua totalidade” (MENEGUELLO, 1989, p. 35) justamente por suas especificidades.

Nos mesmos moldes que Meneguello, Margaret Keck (1991) apresenta o PT como uma anomalia. A anomalia se expressa em três aspectos: a base sólida do partido, formada no setor operário² e nos movimentos sociais; a ênfase no processo de representação (tanto interna, quando nas disputas eleitorais); e o conteúdo programático petista, singular no sistema partidário criado na década de 1980. A autora retoma a história da construção do Partido, destacando pontos importantes no que concerne à sua estruturação antes de disputar eleições, às vitórias das prefeituras das capitais de São Paulo, Porto Alegre e Vitória e aos desafios do PT de se consolidar nacionalmente.

Com 34 anos de história e 12 anos na presidência na República em 2014, a trajetória do PT até o Executivo Federal foi marcada por diferentes resultados eleitorais, com importantes conquistas municipais e estaduais. Na Câmara dos Deputados, foco deste trabalho, o PT logrou aumentar seu número de congressistas constantemente, desde

2 A autora enfatiza também a vinculação orgânica (mesmo que não institucional ou jurídica) entre o PT e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que formam “os novos, coerentes e institucionalizados atores políticos que surgiram durante a transição política” (KECK, 1991, p. 13).

1982, como apontado quadro 1. Em 2002, o PT formou a maior bancada partidária na Câmara dos Deputados, com 92 deputados de deputados, 17,9% da instituição.

Quadro 1 – Crescimento do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados – Número de deputados eleitos do PT entre 1982-2010

Congressistas do PT	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010
Número de Deputados	7	16	35	49	60	92	82	85

Fontes: Câmara dos Deputados e Banco de Dados Legislativo do CEBRAP.

Nas eleições majoritárias para o executivo, Lula candidatou-se à presidência em três oportunidades antes da vitória de 2002. Como destacado por Wendy Hunter (2010), é importante enfatizar que o PT sofreu diversas transformações, durante esses anos. Ao repassar a trajetória do PT, a autora destaca a progressiva moderação do discurso do partido e de Lula, no caminho à presidência. Exemplos dessa moderação são a Carta ao Povo Brasileiro e a aliança com José Alencar, do Partido Liberal. A soma da conquista do executivo federal e da maior bancada partidária em 2002, fez com que houvesse a possibilidade do PT levar a cabo objetivos do partido, como políticas sociais. No entanto, Hunter (2010) explicita que parte dessa trajetória de expansão se deu por mudanças significativas no partido e em seus políticos, seja pelo abandono de seu programa radical, seja pela conversão do PT em um partido do tipo “*catch all*”³.

Seguindo o paradigma institucionalista, Hunter (2010) aponta que duas frentes, o legislativo e o executivo, moldaram o PT atual. Na Câmara, o cenário era de oposição e construção de um partido forte, de esquerda, programático e de organização disciplinada, enquanto que, no executivo, houve uma inclinação do partido ao centro ao longo das disputas. Dessa forma, alguns aspectos considerados fundamentais na liderança legislativa oposicionista foram deixados de lado, em nome de estratégias mais próximas dos partidos mais convencionais, conduzida pelo intuito de maximizar votos e, uma vez no governo, viabilizar a governabilidade frente ao presidencialismo de coalizão (HUNTER, 2010, ABRANCHES, 1989). Isso fez com que o PT se tornasse mais

3 Segundo Kircheimer (2012), no pós Segunda Guerra, o partido de massas abandonou seus esforços de enquadramento intelectual, moral e ideológico das massas para se concentrar na disputa eleitoral. Assim, o partido popular *catch-all*, ou “pega tudo”, é o partido que busca atrair o número máximo de eleitores para garantir o sucesso eleitoral.

suscetível aos incentivos institucionais para a construção de seu apoio político e eleitoral, o que o induziu gradualmente a tomar medidas tais como “afrouxar de suas posições programáticas, forjar alianças oportunistas e restaurar a patronagem” (HUNTER, 2010, p. 2). O resultado deste processo, segundo a autora, foi uma transformação significativa no partido.

Contudo, Hunter (2010) aponta que o PT não se adaptou completamente ao ambiente, impedido pelos legados históricos de radicalismo e de comprometimento com um projeto transformador de país. Mesmo em sua adaptação ao Executivo, o PT permaneceu o partido mais disciplinado e coeso do sistema político brasileiro (HUNTER, 2010, p. 42): a adaptação e a moderação do PT ocorreram em conjunto ao constrangimento imposto por esses legados históricos e institucionais.

Para a autora, são duas estratégias distintas: de moderação do discurso no executivo e de radicalismo no legislativo. Essas estratégias são analisadas por Hunter pela combinação dos vieses da escolha racional, do neo institucionalismo histórico e do neo institucionalismo estratégico, para entender continuidades e mudanças em partidos políticos (HUNTER, 2010). O institucionalismo estratégico corresponde à adaptação do PT ao ambiente *externo*, enfatizando as respostas da organização partidária aos incentivos⁴ desse sistema, ao passo que o institucionalismo histórico destaca a importância de práticas organizacionais e de tomada da decisão persistentes *internamente* que constroem adaptações⁵. Por fim, a autora conclui que o PT avançou em resposta a mudanças das condições do ambiente, mas foi constrangido por trajetórias passadas: as pressões do sistema afetam significativamente a face externa do partido, mas têm dificuldade de alterar seu núcleo interno (HUNTER, 2010, p. 44).

Dado o estado da arte sobre a formação do Partido dos Trabalhadores, neste trabalho, o PT será compreendido como um fato novo e singular na dinâmica político-partidária brasileira, modificado pelo seu próprio processo de expansão. Considerando a importância da organização interna do Partido, que constrange mudanças em relação ao

4 Instituições e presidencialismo de coalizão (ABRANCHES, 1989), estrutura de competição eleitoral e mudanças econômicas.

5 A autora aponta, ainda, que o institucionalismo histórico também ajuda a compreender alguns pontos negativos na trajetória do PT: “as restrições do partido ao financiamento de grandes empresas fizeram com que o PT buscasse recursos ilegalmente em cidades governadas por ele. Isso escalonou até o mensalão” (HUNTER, 2010, p. 4). O mensalão também é tratado pela autora como a representação de um choque entre a liderança petista que buscava responder a múltiplas pressões e a resistência à completa acomodação do partido (HUNTER, 2010, p. 176).

sistema, a próxima seção busca mapear as tendências do PT, para compreender como se deram tais mudanças, levando em consideração seus atores oposicionistas, radicais e persistentes.

A organização interna e as tendências do PT

Como abordado anteriormente, especialmente por Hunter (2010), as transformações sofridas pelo Partido dos Trabalhadores não foram descoladas da dinâmica interna da instituição, nesse sentido, é preciso destacar a importância de legados históricos formativos no condicionamento de mudanças de ordem programática e ideológica⁶. Deste modo, a análise da evolução das tendências, correntes e facções⁷ do Partido dos Trabalhadores, em meio à dinâmica de competição intrapartidária, aproximam a conjuntura de transformações do partido do objeto do trabalho, de mapeamento interno e compreensão de suas mudanças. Dessa forma, esta seção trata sobre a organização interna do PT e o jogo de forças políticas que o conduziram institucionalmente, levando em consideração importantes estudos sobre o tema, de autores como Azevedo (1995), Lacerda (2002), Ribeiro (2010) e Amaral (2010), que dimensionam sua competição intrapartidária e suas diferentes ideologias defendidas.

Não há como descolar a composição originária heterogênea do PT da forma como se deu sua organização interna, de conjunção de diferentes concepções ideológicas e estratégicas (MENEGUELLO, 1989, KECK, 1991, AMARAL, 2010). A Carta de Princípios, divulgada pelo Movimento Pró-PT, de 1979, já explicitava o intuito de respeitar o direito às tendências e frações e a preocupação de não tornar o PT um partido-frente (RIBEIRO, 2010).

Em 1983, foi criada a Articulação dos 113, que buscava construir uma maioria estável para unificar os objetivos do PT, bem como controlar recursos organizacionais (AMARAL, 2010). A Articulação foi a primeira “coalizão dominante” do PT (KECK, 1991, p. 136) e contou com a presença de membros do novo sindicalismo, intelectuais e líderes independentes, como Lula, José Dirceu, Jair Meneguelli, Aloízio Mercadante,

6 Hunter (2010) analisa as agremiações intrapartidárias como “moderados” e “radicais”, por opção metodológica. Buscamos, neste artigo, esquematizar e especificar o lugar das tendências na dinâmica interna do partido.

7 Tendências, correntes e facções serão consideradas como sinônimos, para os fins desse artigo, da mesma forma que trabalhos como Amaral (2010) e Lacerda (2002).

Marco Aurélio Garcia, Eduardo Suplicy, Benedita da Silva, Hélio Bicudo, Francisco Weffort e Paul Singer. A corrente permaneceu como um grande grupo moderado e pragmático que tinha como objetivo “*manter a hegemonia no PT*, derrotando as tendências mais à esquerda. Tendo na figura de Lula um segundo elemento aglutinador, a Articulação se configurou como uma espécie de *pacto de governabilidade do PT*” (RIBEIRO, 2010, p. 187).

Nesse sentido, no 5º Encontro Nacional, em 1987, foi aprovada a Regulamentação sobre as Tendências Internas, com o objetivo de enquadrar a disputa política dentro do PT, proibindo a dupla militância⁸ e disciplinando os partidários. A regulamentação foi intransigente especialmente no reconhecimento de grupos trotskistas, como a Convergência Socialista (CS), a Causa Operária (CO) e O Trabalho (OT). Em 1990, no 7º Encontro Nacional, 10 tendências tiveram direito à participação: de caráter moderado, a Articulação, e de caráter leninista ou trotskista, CS, OT, Democracia Socialista (DS), Força Socialista (FS), Luta pelo Socialismo, Tendência Marxista (TM), Vertente Socialista (VS), Voz Proletária (VP) e Nova Esquerda (antigo Partido Revolucionário Comunista) (RIBEIRO, 2010). A primeira tendência dissidente do PT foi, então, a Causa Operária (CO), que teve seu pedido de reconhecimento negado, pelo seu discurso radical extremo, destoante dentro do partido petista.

Ribeiro observa o processo de negociação da regulamentação, capitaneada pela Articulação, que, apesar de ter seu poder aumentado, se comprometeu a respeitar a proporcionalidade válida para os diretórios e comissões executivas⁹ (RIBEIRO, 2010). As tendências se institucionalizaram e passaram a ser os “principais veículos de representação interna, canalizando diferentes demandas partidárias” (AMARAL, 2010, p. 139), e possuem o monopólio de representação interna ao PT, sendo “canalizadoras das demandas internas, organizadoras dos conflitos e canais de acesso dos filiados aos postos dirigentes, (...) reconhecidas formalmente como os partidos do sistema político petista” (RIBEIRO, 2010, p. 191).

Em relação às distintas ideologias defendidas dentro do PT, Azevedo (1995)

8 Uma das motivações da proibição da dupla militância foi a prisão de militantes petistas ligados ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) em uma tentativa de assalto a um banco para o financiamento da Revolução Sandinista nicaraguense, sem o aval dos órgãos dirigentes do PT (AMARAL, 2010, p. 137).

9 A plena institucionalização da competição se deu no começo da década de 1990, com a proporcionalidade formalmente assegurada no 7º EN e o fim da exigência de 10% de delegados para a disputa de uma chapa ao DN (LACERDA, 2002, AMARAL, 2010, RIBEIRO, 2010).

apresenta um dos primeiros trabalhos sobre a organização interna do PT. O autor avalia as posições ideológicas conflitantes do partido, por meio da análise dos “documentos básicos” e das Resoluções Políticas dos Encontros Nacionais de 1987, 1989 e 1990. Segundo o autor, até 1995, o partido apresentava o discurso de “socialismo democrático”, sem definir a relação estabelecida entre os termos, marcado por inconsistências e ambiguidades nas escolhas petistas entre leninismo e social-democracia.

A divergência ideológica é tratada por Lacerda (2002) em duas dimensões: ideológica e programática, o que leva o autor a dividir o partido entre esquerda (que destaca a luta social sobre a luta institucional, ausência de compromisso com a institucionalidade e busca pelo socialismo e alianças restritas) e direita (que enfatiza a luta social e espaço institucional com mesma importância, o compromisso com a institucionalidade e alianças amplas), em relação às teses apresentadas nos Encontros Nacionais. Conforme os princípios divididos se propagavam nos Congressos (1991 e 1999) e nos Encontros Nacionais do PT, foi possível perceber uma maior fragmentação e distintos realinhamentos ideológicos e estratégicos, com mais chapas na disputa e na formação do Diretório Nacional.

Vale salientar que, em decorrência desse fracionamento, os órgãos dirigentes deixaram de ser exclusivamente controlado pela Articulação, que também se fracionou, por sua vez, dada a base heterogênea¹⁰. A tendência se dividiu em 1993 entre as correntes Articulação Unidade na Luta (UNL), de continuidade, e Articulação de Esquerda (AE), dissidente e mais à esquerda. No 8º Encontro, em 1993, a AE e a Democracia Socialista (DS) formaram a chapa “Uma opção de esquerda”, que em conjunto com a chapa “Na Luta PT”, lograram obter, pela primeira vez, uma maioria da esquerda partidária.

O DN de esquerda sofreu diversas críticas de deputados ligados à UNL e à Democracia Radical (junção da Vertente Socialista e da Nova Esquerda), que detinha a maioria nas bancadas estaduais e federal nas gestões municipais e nos Diretórios Estaduais. As críticas se relacionavam especialmente ao Programa de Governo da candidatura derrotada de Lula em 1994 e à inabilidade de reação ao sucesso do Plano Real (RIBEIRO, 2010, p. 205).

No 10º Encontro, a Articulação UNL formou aliança com a Democracia Radical e

10 A ruína dos regimes socialistas, no final da década de 1980, também é salientada pelos autores Amaral (2010) e Ribeiro (2010) como um ponto de tensão para a Articulação, que possuía visões antagônicas: apesar de ter majoritariamente formulações teóricas distintas, também possuía alas marxistas e posições ambíguas em relação à revolução.

com a chapa de centro “Velhos Sonhos, Novos Desafios”, que foi o fiel da balança na eleição que reconquistou o DN, elegendo José Dirceu como presidente, em uma votação apertada contra Raul Pont, representante da DS. Essa vitória transformou a Articulação UNL no chamado Campo Majoritário (CM), de tendências moderadas, que comandou o PT pelos 10 anos seguintes, por meio de uma estratégia de estimular defecções na esquerda do partido, cooptando dirigentes em troca de cargos (RIBEIRO, 2010). Segundo o Ribeiro (2010) e Amaral (2010), a Articulação, por ter uma maioria estável, conseguiu levar a cabo uma série de mudanças no desenho institucional e no programa partidário, moldando o perfil do partido que chegaria à Presidência da República em 2003. Formavam o CM a Articulação UNL, a Democracia Radical, e as correntes de centro, PT de Luta e de Massas e Movimento PT.

O Partido Revolucionário Comunista (PRC) foi fundado em 1982, por dissidentes do PCdoB, e migrou para o PT, com a denominação Nova Esquerda, durante sua fundação. A tendência de esquerda e radical, com os líderes Tarso Genro e José Genoíno, sofre, a partir do 7º EN (1990), uma transformação ideológica em direção à moderação, pelo incentivo institucional de proporcionalidade nas executivas (RIBEIRO, 2010, p. 196). A Nova Esquerda e a Vertente Socialista formam, posteriormente, a Democracia Radical, grupo mais à direita do PT (LACERDA, 2002, RIBEIRO, 2010). Seus principais líderes, além de Genro e Genoíno, eram Marina Silva e Eduardo Jorge.

O Movimento PT, durante a hegemonia da Articulação UNL, de 1995 a 2005, agregou líderes já posicionados no centro, e algumas figuras como Arlindo Chinaglia (egresso da AE), Tarso Genro (egresso da NE/DR), Jacques Wagner e Tilden Santiago. A tendência PT de Lutas e de Massas surgiu principalmente de um coletivo do PT de São Paulo, com os líderes Iara Bernardi, Ricardo Berozoini e os irmãos Tatto, na aliança com a Articulação (RIBEIRO, 2010, p. 210).

As tendências que se mantiveram à esquerda - segundo Lacerda (2002), Ribeiro (2010) e Amaral (2010) - foram a AE, a DS, a CS, a FS, a OT, a TM e o Comitê de Movimentos Populares (CMP)¹¹. A Articulação de Esquerda (AE), por meio do seu jornal A Hora da Verdade, começou a fazer oposição à tendência Articulação antes mesmo da cisão, em 1993. A nova tendência tinha inclinação à esquerda e estava ligada a

11 Para mais informações, consulte os quadros “Evolução da correlação de forças na direção nacional do PT (1984-2005), de Ribeiro (2010, p. 194-195), e “Resultado das eleições (% dos votos válidos) para o DN entre 2001 e 2009”, de Amaral (2010, p. 151).

movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e aos chamados “igrejeiros”. Suas principais lideranças foram Rui Falcão, Cândido Vacarezza, Arlindo Chinaglia (posteriormente cooptados pelo CM), Adão Pretto e Luciano Zica (LACERDA, 2002, p. 64).

A Democracia Socialista (DS) tem origem trotskista e sempre buscou manter uma corrente de esquerda revolucionária e socialista no PT. Suas principais lideranças foram João Machado, Joaquim Soriano, Heloísa Helena, Raul Pont e Miguel Rossetto. Vale salientar também que a DS se tornou progressivamente uma tendência de centro a partir de 1994, pela boa relação com a Articulação, participando ativamente do partido até os dias de hoje, diferentemente das outras tendências trotskistas (RIBEIRO, 2010).

A corrente O Trabalho, também de ideologia trotskista, permanece no PT, como a tendência mais à esquerda, mas com baixa representação, com Markus Sokol como principal nome. A tendência Convergência Socialista foi a segunda tendência dissidente do PT. Seus deputados Cyro Garcia e Ernesto Gradella foram indisciplinados na Câmara dos Deputados, o que resultou em expulsão, em 1992. No ano seguinte, a CS formou o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). As correntes Tendência Marxista e Comitê de Movimentos Populares, foram progressivamente incorporadas em outras facções, como a Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST) e o Movimento Esquerda Socialista (MES).

Do lado moderado, vale salientar que a cooptação de lideranças diversas pelo Campo Majoritário resultou em um processo de fracionamento, com a formação de tendências com percepções estratégicas e programáticas próximas da hegemônica, mas que buscavam serem cooptadas para alcançar uma posição mais favorável. Segundo Ribeiro (2010), houve uma conjunção entre fragmentação e coesão no jogo político, pelo “rolo compressor” do CM. Por outro lado, isso também incentivou a formação de facções desertoras esquerdistas, que estariam impotentes e isoladas. Exemplo disso foi a expulsão, em dezembro de 2003, dos deputados Luciana Genro e João Batista (Babá) e a senadora Heloísa Helena pela votação contra a Reforma da Previdência¹². As tendências MÊS e CST, ligadas aos deputados, deixaram o PT, junto a membros da DS, de Heloísa Helena, e fundaram, em junho de 2004, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)

12 O Presidente Lula enviou um projeto do Executivo que elevava a idade mínima para a aposentadoria e estabelecia uma contribuição para servidores públicos inativos. Vale salientar que durante o período em que o PT estava na oposição, havia uma grande rejeição em qualquer modificação na previdência (AMARAL, 2010, p. 178).

(AMARAL, 2010).

Com a alteração nas regras eleitorais e com o Processo de Eleições Diretas (PED) foi implementado, em 1999, a participação direta de filiados nas eleições para os cargos de direção do PT. Amaral (2010) avalia os efeitos dessas mudanças no jogo eleitoral, apontando para o aumento da competição intrapartidária, com mais chapas participando da disputa, mas com pouca oscilação de votos, pois eram poucas as tendências que contavam com a maioria dos votos dos filiados. A conclusão do autor é de que a suposição de que alteração das regras beneficiaria os grupos com maior visibilidade só é verdadeira quando o quadro político também é favorável. Assim, quando a popularidade do Presidente Lula estava alta, a Articulação UNL obtinha mais votos, enquanto que no PED de 2005, após o escândalo do mensalão¹³, houve oposição dos filiados contra os grupos que comandavam o partido desde 1995. Somadas às investigações, as renúncias de José Dirceu, chefe da Casa Civil do governo, e José Genoíno, presidente do PT, levaram a uma grande crise (se não a maior) na história do PT, devido ao fim da defesa da ética na política, resultado da ênfase na maximização eleitoral e na necessidade de recursos cada vez maiores para campanhas (HUNTER, 2010).

No PED de 2005, o Campo Majoritário foi criticado pela esquerda do PT, por sua autocracia em relação a alianças e medidas consideradas antiéticas ao longo de sua hegemonia, centrais no escândalo do “mensalão”. No entanto, as correntes de esquerda não conseguiram formar uma maioria no DN, dando espaço para que facções moderadas como o Movimento PT e o PT de Lutas e de Massas (cooptadas pelo CM durante sua hegemonia) formassem a composição vencedora. Depois desse resultado, membros da AE, da DS e as tendências Força Socialista e Ação Popular Socialista, como os deputados Ivan Valente e Maninha, se desligaram do PT, bem como Plínio de Arruda Sampaio, que contava com o apoio de grupos de esquerda para na candidatura à presidência do PT.

No PED seguinte, de 2007, houve uma disputa menos intensa, dada concentração de votos em torno da tendência Construindo um Novo Brasil (antiga Articulação UNL/Campo Majoritário) e da chapa Mensagem ao Partido (composta pela DS e por ex-integrantes do CM), o que diminuiu a ala à esquerda, e formou um “novo padrão de dinâmica da disputa intrapartidária”, mais moderada a partir de então (AMARAL, 2010, p. 154). A popularidade do Presidente Lula durante este processo é ponto destacado por

13 Mensalão foi chamado o esquema de suborno, com dinheiro de financiamento ilegal, feito pelo PT a deputados federais para garantir o apoio ao governo.

Amaral (2010) na explicação da maior visibilidade recebida pelas chapas moderadas e pela, o que promoveu a disputa de Dilma Rousseff à presidência, em 2010. Para sua candidatura, houve uma busca por moderação, que continuou com a redução do campo da esquerda partidária e trouxe de volta o Campo Majoritário, com as facções PTLM e a nova tendência Novo Rumo (NR), para o DN. Vale salientar ainda que as saídas de facções e militantes de esquerda do PT e a migração da DS para uma área mais moderada também ajudaram a diminuir o terreno da esquerda partidária.

Disciplina Partidária

A literatura acerca do funcionamento do Congresso Nacional, especialmente em relação à Câmara dos Deputados, e da disciplina partidária é vasta. No entanto, existe um debate institucionalista sobre como se dá a governabilidade no Brasil, durante a redemocratização. Bolívar Lamounier e Rachel Meneguello (1986), Scott Mainwaring (1999) e Barry Ames (2003) defendem que o sistema político partidário no Brasil é caótico, com partidos fracos, políticos indisciplinados e permeado por relações clientelistas. Na década de 1990, contudo, os chamados estudos legislativos, capitaneados por autores como Fernando Limongi e Argelina Figueiredo (1999) e Fabiano Santos (2002) foram pioneiros na análise da disciplina partidária por meio de pesquisa empírica, chegando a conclusões diferentes das verdades consagradas sobre o tema: os partidos políticos brasileiros são disciplinados e previsíveis.

Lamounier e Meneguello apontam que o Brasil é “um caso notório de subdesenvolvimento partidário” (1986, p. 09), no qual não há um enraizamento dos partidos na sociedade. Mainwaring (1999) busca analisar o sistema político brasileiro e destaca sua baixa institucionalização, levando em consideração a instabilidade nos padrões de competição eleitoral (pela alta volatilidade eleitoral), a inexistência de raízes partidárias na sociedade e a pouca legitimidade dos partidos e das eleições no Brasil. Em relação à disciplina partidária, Mainwaring (1999) aponta que os partidos são fracos e os políticos, autônomos, graças a regras institucionalizadas de junção entre o presidencialismo, um sistema eleitoral permissivo (de lista aberta, que personaliza a votação) e o federalismo (que garante a regionalização do voto).

Na mesma linha “pessimista” em relação ao futuro da governabilidade brasileira, o trabalho de Sérgio Abranches (1988), sobre o presidencialismo de coalizão, apresenta as críticas do autor sobre um sistema de trocas clientelistas que poderiam vir a minar a

democracia no país. Ames (2003, p. 258) destaca que apesar de estudos sobre a alta disciplina (a seguir) apontarem para a força do líder, é necessário criticar os benefícios clientelistas recebidos pelos deputados.

Limongi e Figueiredo (1999) foram pioneiros na análise da disciplina partidária e das relações entre Executivo e Legislativo ao mostrar que o desenho constitucional brasileiro, com o presidencialismo de coalizão, não era por si só fadado ao fracasso, e está bem próximo dos modelos parlamentares. Os autores enfatizam uma “forte e marcante preponderância do Executivo [pelo poder de iniciar legislação e forçar a apreciação de matérias] sobre um Congresso que se dispõe a cooperar e vota de maneira disciplinada” (1999, p. 20), pela organização centralizada pelo regimento interno nas mãos do líder, sobre regras que distribuem funções parlamentares, considerando os partidos. Os autores apontam que há governabilidade no Brasil, pela cooperação entre o executivo e o legislativo, facilitado pela previsibilidade do plenário da Câmara dos Deputados. A disciplina partidária, analisada empiricamente, por Limongi e Figueiredo (1999), aponta que para qualquer votação na Câmara dos Deputados, em 84,9% das vezes, os parlamentares votam de acordo com a orientação do líder do partido, segundo a instrumentalização do Índice de Rice nas votações¹⁴.

Fabiano Santos desenvolve a ideia de que “o sistema político brasileiro passou por uma mudança fundamental (...), do sistema presidencialista faccional para o sistema presidencialista de coalizão racionalizado” (SANTOS, 2002, p. 238). Tal mudança se daria por uma transferência de poderes decisórios e legislativos para o Executivo, fazendo com que os parlamentares se organizassem em partidos parlamentares, para fazer parte do governo ou da oposição, o que, por sua vez, aumenta a previsibilidade. Bem como Figueiredo e Limongi (1999), Santos destaca que, na análise das votações em plenário, é possível perceber uma delimitação de espectro ideológico, deixando o comportamento individualista dos deputados à margem.

Em relação ao Partido dos Trabalhadores, os autores destacam o ponto máximo de probabilidade de voto disciplinado, de 0,973 (FIGUEIREDO, LIMONGI, 1999, p. 27). As votações do PT também são enfatizadas por Mainwaring, juntamente a partidos de esquerda, pela disciplina quase perfeita (MAINWARING, 1999). Contudo, como veremos a seguir, a disciplina partidária do PT caiu a partir de 2003 e fica abaixo dos

14 O Índice varia de 0 a 100, sendo feito pela subtração da proporção de votos minoritários dos votos majoritários.

85% durante o ano do escândalo do Mensalão. Assim, no presente artigo, é buscado analisar como se dá essa indisciplina conforme as tendências internas, correlacionando a falta de coesão e a oposição dentro do partido, refletida na Câmara dos Deputados.

Análise da disciplina partidária do PT

Essa seção aborda a análise da disciplina partidária do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados. Em primeiro lugar, é importante salientar que certas votações são mais sensíveis às regras partidárias em relação à disciplina. Pode-se afirmar que não é qualquer votação indisciplinada que leva à punição de um deputado. Em certas votações, é demandada maior coesão do partido, com a indisciplina podendo levar à condenação de um partidário ou de seu grupo. Um exemplo histórico é a expulsão de Ayrton Soares (SP), Bete Mendes (SP) e José Eudes (RJ) pela votação indisciplinada em Tancredo Neves para a presidência, quando da orientação de abstenção. Outro caso ocorreu em 1993, quando Luiza Erundina aceitou a pasta da Secretaria da Administração Federal do governo do Presidente Itamar Franco, contrariando a orientação da cúpula do PT, o que resultou em suspensão de seus direitos.

Com os dados das votações da Câmara dos Deputados a partir do ano de 1989, é possível analisar a disciplina partidária do PT de maneira empírica. Vale salientar que neste artigo, será utilizado o Índice de Rice (IR) dos deputados petistas, para esclarecer como se dá a coesão do partido. A instrumentalização do Índice utilizada foi feita pelo Núcleo de Estudos Comparados e Internacionais (NECI), da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, conforme exposto no quadro 2. Do Índice de Rice, pode-se perceber que a disciplina partidária do PT é bastante alta, com média anual de mais de 94, com um máximo de 99,44 em 2000. No entanto, em alguns momentos, a disciplina partidária diminuiu, como em 2005, 2006, 2010, 2012, 2013 e 2014, com índices abaixo dos 90%.

Quadro 2: Índice de Rice dos Deputados do PT, de 1989 a 2014*

Ano da Votação	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Índice de Rice	96,66	99,04	96,28	92,14	94,90	98,94	97,43	97,92	97,39	98,00	97,85	99,4	99,26

Ano da Votação	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014**
Índice de Rice	98,91	96,52	93,17	84,91	89,26	97,68	97,26	95,69	82,74	94,85	88,53	87,33	86,44

* É possível analisar o gráfico da variação do Índice de Rice dos deputados petistas no apêndice.

** Os dados de 2014 são até setembro do ano.

Fonte: Núcleo de Estudos Comparados e Internacionais (NECI/FFLCH – USP). Elaboração própria.

Utilizando as votações nominais de cada deputado do PT, disponibilizadas pelo Banco de Dados Legislativos do Centro Brasileiro Análise Planejamento (CEBRAP), foi possível analisar a participação específica de parlamentares e tendências que conduziram as variações do IR do partido, entre os anos de 1989 e 2014. Dessa forma, buscou-se contabilizar os deputados de maior frequência de indisciplina em cada um dos sete mandatos sob vigência do atual sistema político. Para acompanhar a vinculação do grupo de deputados mais indisciplinados de cada mandato a uma tendência, analisou-se os parlamentares cujo número de votos discrepantes do líder fosse superior a um (01) desvio padrão acima da média entre os indisciplinados daquele mandato. Deste modo, pode-se obter uma lista, ponderada pela conjuntura de cada mandato, dos deputados que naquela circunstância eram mais indisciplinados (disponível no Apêndice)¹⁵.

No período que vai de 1991 a 1994, os deputados que votaram mais de um (01) desvio padrão acima da média de votações indisciplinadas foram João Paulo (MG), Ricardo Moraes (AM), Florestan Fernandes (SP), Cyro Garcia (RJ), Paulo Paim (RS) e Ernesto Gradella (SP). Em 1992, os deputados Cyro Garcia e Ernesto Gradella, da corrente Convergência Socialista¹⁶, foram expulsos do PT, pela indisciplina na continuidade da campanha “Fora Collor”. A expulsão dos dois resultou na saída da tendência Convergência Socialista do PT, e a fundação do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU).

Também em 1992, Ricardo Moraes, ligado à base sindical do partido, foi expulso

15 O Banco de Dados Legislativos do CEBRAP disponibiliza as votações a partir de 1989, sendo os deputados mais indisciplinados no período que vai até 1990, João Paulo (MG), com três votações indisciplinadas e José Genoíno (SP), com duas votações, em um total de 85 votações. Vale notar que essas votações não se encaixam no quesito de discrepância acima, de um desvio padrão da média, para identificar um parlamentar indisciplinado.

16 “Porque somos diferentes”, *PSTU*. julho, 2005.

do PT, por alegações de corrupção¹⁷. Paulo Paim, independente de tendências¹⁸, permanece no PT, sendo senador do partido pelo segundo mandato consecutivo. Florestan Fernandes, também independente, mas próximo de tendências marxistas, como Força Socialista e Tendência Marxista, permaneceu no PT até seu falecimento, em 1995.

Os mandatos parlamentares sob a hegemonia do Campo Majoritário (1995-1998 e 1999-2002) no PT são os que apresentam os menores índices de indisciplina dos deputados petistas. A análise das tendências dos deputados mais indisciplinados durante tal período revela uma predominância de correntes vinculadas ao Campo Majoritário, ilustrando o grau de influência do agrupamento sobre o partido, dado que a contestação era interna a ele e os demais grupos demonstravam maior correspondência à indicação da liderança.

No mandato que vai de 1995 a 1998, 11 deputados votam acima da média de votações indisciplinadas em um desvio padrão ou mais. Os deputados Chico Vigilante (DF), Luiz Gushiken (SP), José Pimentel (CE), Humberto Costa (PE), faziam parte a corrente majoritária do PT, a Articulação – Unidade na Luta, sendo que alguns deles permanecem até hoje. Fernando Ferro (PE) e Padre Roque (PR) eram membros da tendência Movimento PT e Eduardo Jorge (SP) da Vertente Socialista, ambas articuladas com o Campo Majoritário. A única corrente à esquerda do partido que fazia oposição à indicação do líder era a Articulação de Esquerda, com os deputados Luciano Zica (SP), Paulo Delgado (MG) e Waldomiro Fioravante (RS). Em 1997, José Augusto (SP), também da tendência Articulação UNL, foi expulso por denúncias de ligações com ações criminosas¹⁹, tendo migrado para o PSDB.

No período de 1999-2002, os deputados mais indisciplinados também estavam ligados, em sua maioria, ao Campo Majoritário: Eduardo Jorge (SP) militava na corrente Vertente Socialista; Padre Roque (PR), no Movimento PT; Fernando Marroni (RS), no PT Amplo²⁰; José Genoíno (SP), na Democracia Radical; e Nilmário Miranda, na Articulação UNL. No entanto, duas correntes de esquerda se destacam com os deputados indisciplinados Babá (PA) e Milton Temer (RJ)²¹: a Corrente Socialista dos

17 “Ex petista afirma que os radicais ameaçam Lula”. *Folha de São Paulo*. 7 de março, 1994.

18 “Líderes e Tendências - Partido dos Trabalhadores”. *Folha de São Paulo Especial*. 2002.

19 “Deputado do PT pode ser expulso por ter contratado o PM Rambo”. *Folha de São Paulo*. 8 de abril, 1997.

20 O PT Amplo e Democrático é uma tendência de centro, com militantes do Rio Grande do Sul, que no nível nacional participa da chapa Mensagem ao Partido, desde o PED de 2005.

21 “Até agora calada, esquerda do PT reivindica espaço”. *Folha de São Paulo*. 28 de outubro, 2002.

Trabalhadores e a Força Socialista, respectivamente. Vale salientar que a indisciplina constante desses dois deputados e de suas correntes, como será visto em seguida, resultou em sua expulsão e posterior criação do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), em 2004.

O mandato de 2003 a 2006 é marcado por dois eventos. Em primeiro lugar, houve a expulsão dos deputados Babá – da tendência CST –, Luciana Genro (RS) – do Movimento Esquerda Socialista (MES) – e João Fontes (SE), e da senadora Heloísa Helena, pela indisciplina na votação da reforma da previdência, em 2003²². João Fontes, o mais indisciplinado dos deputados no período, com mais de 10% de indisciplina no total de suas votações, foi expulso²³ e se filiou ao PDT. O segundo evento que marcou o período foi com o escândalo do mensalão, em 2005, e o fim da hegemonia do Campo Majoritário. A disciplina chegou ao patamar de 84%, com destaque para as votações indisciplinadas dos deputados Chico Alencar (RJ), Ivan Valente (SP), João Alfredo (PE), Paulo Rubem Santiago (PE) e Dra. Clair (PR), que se desfilharam do PT nos anos seguintes, indo para o PSOL (como é o caso dos três primeiros), para o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e para o Partido Verde (PV). Walter Pinheiro (BA) continua no PT e milita na corrente trotskista Democracia Socialista.

Com a reeleição do Presidente Lula, a saída de políticos mais opositores à Articulação – Unidade na Luta/Construindo um Novo Brasil, o Índice de Rice volta a subir. É possível destacar, no entanto, a oposição realizada pela indisciplina dos deputados da tendência Articulação de Esquerda²⁴, como Iran Barbosa (SE), Anselmo (RO), Eduardo Valverde (RO), Henrique Afonso²⁵ (AC), Cida Diogo (RJ) e Virgílio Guimarães (GO). Francisco Praciano (AM), militante da Democracia Socialista, também foi um dos deputados mais indisciplinados, pela participação na chapa Mensagem ao Partido. Já Décio Lima (SC), pertencente à tendência CNB, faz oposição à sua corrente, participando da chapa Mensagem ao Partido, desde o PED de 2007²⁶. Outro destaque pode ser dado a Jorge Boeira (SC), que, em 2011, se desfilhou do PT e atualmente é deputado federal pelo Partido Progressista (PP).

22 “PT expulsa radicais do partido”. *Folha de São Paulo*. 14 de dezembro, 2003.

23 “PT recomenda expulsão sumária de Fontes”. *Folha de São Paulo*. 24 de junho, 2003.

24 Todos os militantes da tendência Articulação de Esquerda foram assim classificados por meio do contato com Valter Pomar, pelo contato no sítio eletrônico da corrente, disponível em <<http://www.pagina13.org.br/>>.

25 Em 2009, Henrique Afonso foi punido, junto a Luiz Bassuma, pela indisciplina em uma votação pela descriminalização do aborto. No mesmo ano, o deputado saiu do PT e se juntou à Marina Silva na filiação ao Partido Verde (PV).

26 “Alves distribui cargos para se eleger”. *Senado Notícias*. 01 de fevereiro, 2013.

Entre 2011 e 2014, Francisco Praciano continuou como um dos deputados mais indisciplinados. A tendência Articulação de Esquerda permaneceu como a corrente mais contestadora da liderança do PT, considerando a indisciplinada de deputados Alessandro Molon (RS), Artur Bruno (CE), Luiz Sergio (RJ) e Domingos Dutra (MA). É importante atentar para o fato de que, por mais que não sejam muitos os deputados que votaram indisciplinadamente em mais de um desvio padrão da média, a disciplina caiu nesse período, com o Índice de Rice chegando a um patamar de 86,44% em 2014.

A partir da análise da taxa de governismo, criada pelo banco de dados Basômetro, no mandato que vai de 2010 a 2014, durante o primeiro mandato da Presidenta Dilma Rousseff, é possível perceber a queda de apoio da base governamental. A bancada petista oscilou entre 97% de governismo em 2011, 98% em 2012, 94% em 2013 e 90% em 2014 (até outubro). Mesmo com a alta taxa de governismo, a aparente contestação da base governamental de Dilma, por questões econômicas e também pelas manifestações de junho de 2013, refletiu-se nas votações dos deputados do PT.

Algumas das votações mais controversas foram: 1) a de alteração da lei nº 9440/1997, para o estabelecimento de incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e da indústria automotiva, quando os 45 deputados petistas votaram contra o governo e 15, a favor; 2) o Novo Código Florestal, quando 34 deputados petistas votaram contra a orientação do líder, frente à 44 que a acataram; e 3) a de prorrogação das concessões de energia e diminuição das tarifas, que contou com 48 votos contra a posição governamental e 21 votos pró-governo. De todo modo, a longevidade do partido no executivo federal parece suscitar um maior número de conflitos de agenda entre os parlamentares e a liderança da legenda.

Conclusão

O Partido dos Trabalhadores surge no sistema político brasileiro como algo novo e singular. Tal singularidade se expressa em uma alta coesão partidária, refletida no elevado processo de deliberação interna da expressão parlamentar do partido. A expansão do PT, em especial a partir de sua condução ao executivo, provocou diversas mudanças na organização política problematizadas pela literatura. Em comum, percebe-se uma tendência de moderação no discurso, agenda e práticas políticas. Wendy Hunter (2010) aponta tais medidas seria derivadas de uma pressão *externa* e contextual do novo papel adquirido pelo partido no sistema político. Ainda assim, a autora revela que tais

adaptações seriam constrangidas *internamente* pelos traços remanescentes de sua trajetória formativa. Esta percepção parece encontrar relação com a análise desenvolvida neste trabalho.

Parte da singularidade atribuída ao PT se manifesta na democracia de sua organização intrapartidária. O partido conviveu com a disputa entre tendências de variados matizes de esquerda e conseguiu canalizar esta disputa em sua organização interna. O processo de adaptação do PT, contudo, conviveu com a hegemonização de um grupo político, o Campo Majoritário, sobre sua estrutura institucional. Essa hegemonia também encontra relação com a composição da indisciplina do partido. Os deputados desta coalização passaram a predominar no debate político da legenda, refletido na indisciplina parlamentar, ambos antes mais dispersos entre as tendências. Durante este período, o partido atinge o menor Índice de Rice de sua série histórica.

Quando a bancada petista passa a compor o governo, desde o mandato de 2002-2006, a indisciplina do partido cresce. Nesse período, os deputados mais indisciplinados passaram a ser aqueles vinculados à oposição interna do período, resultando inclusive em dissidências, como a que originou o PSOL. Os dados sugerem que o crescimento da indisciplina do PT na Câmara dos Deputados pode refletir os constrangimentos *internos* à que Hunter se refere, personalizados em parte de sua bancada. Deriva-se desta percepção, a hipótese de que a indisciplina parlamentar tenha canalizado a oposição interna do partido, por vezes inclusive resultando em dissidências, como alternativa à progressiva uniformização na democracia interna do partido.

Referências Bibliográficas

ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. *Dados*, v.31, n.1, 1988, p. 5-34.

AMARAL, Oswaldo. As transformações na organização interna do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009. 2010. 306 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

AMES, Barry. Os entraves da democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

AZEVEDO, Clóvis Bueno. A estrela partida ao meio. São Paulo: Entrelinhas, 1995.

BASÔMETRO. Base de Dados do Estadão. Disponível em: <<http://estadaodados.com/basometro/>>. Acesso em: 20 out. 2014.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso em: 25 out. 2014.

CEBRAP. Banco de Dados Legislativos do Centro Brasileiro Análise e Planejamento. São Paulo, 2014.

DUVERGER, Maurice. Os partidos políticos. Brasília: Ed. UnB, 1980.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional. São Paulo: Editora FGV/FAPESP, 1999.

HUNTER, Wendy. The Transformation of the Workers' Party in Brazil, 1989-2009. New York: Cambridge University Press, 2010.

KECK, Margaret. PT: a lógica da diferença; o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo: Ática, 1991.

KIRCHHEIMER, Otto. A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, Brasília, n. 7, Apr. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522012000100014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 out. 2014.

LACERDA, Alan Daniel. O PT e a Unidade Partidária como Problema. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p. 39-76, 2002.

LAMOUNIER, Bolívar; MENEGUELLO, Rachel. Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MAINWARING, Scott. Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil. Porto Alegre: Mercado Aberto, Rio de Janeiro: FGV, 2001.

MENEGUELLO, Rachel. PT: A formação de um partido, 1979-1982. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

NECI. Base de dados legislativos do Núcleo de Estudos Comparados e Internacionais, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://neci.fflch.usp.br/>. Acesso em: 25 set. 2014.

RIBEIRO, Pedro Floriano. Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

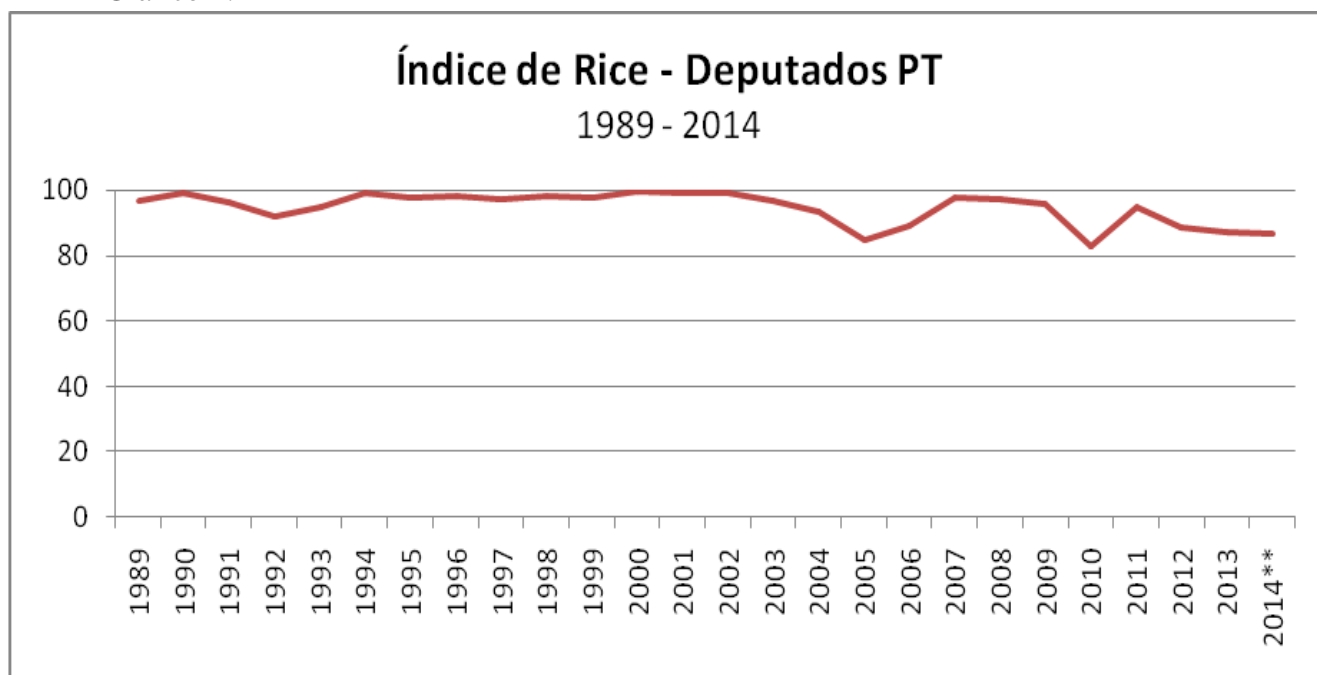
SANTOS, Fabiano. Partidos e comissões no presidencialismo de coalizão. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 237-264, 2002. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582002000200003&script=sci_arttext>.

Acesso em: 15 set. 2014.

Apêndice

Gráfico 1:



** Os dados de 2014 são até setembro do ano.

Fonte: Núcleo de Estudos Comparados e Internacionais (NECI/FFLCH – USP). Elaboração própria.

Quadro 3

1991-1994	Número de votações indisciplinadas	Tendência
João Paulo	10	Articulação - base sindical
Ricardo Moraes	8	Articulação - base sindical
Florestan Fernandes	7	Independente
Cyro Garcia	7	Convergência Socialista
Paulo Paim	6	Independente
Ernesto Gradella	5	Convergência Socialista
Total de Votações	256	
1995-1998	Número de votações indisciplinadas	Tendência
Chico Vigilante	12	Articulação Unidade na Luta
Luiz Gushiken	11	Articulação Unidade na Luta
José Pimentel	10	Articulação Unidade na Luta
Fernando Ferro	8	Movimento PT
José Augusto	8	Articulação Unidade na Luta
Luciano Zica	8	Articulação de Esquerda
Eduardo Jorge	7	Vertente Socialista
Humberto Costa	7	Articulação Unidade na Luta
Padre Roque	7	Movimento PT
Paulo Delgado	7	Articulação de Esquerda
Waldomiro Fioravante	7	Articulação de Esquerda
Total de Votações	554	
1999-2002	Número de votações indisciplinadas	Tendência
Eduardo Jorge	8	Vertente Socialista
Babá	5	Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST)
Padre Roque	5	Movimento PT
Fernando Marroni	4	PT Amplo - Novo Grupo - Soc.21
José Genoíno	4	PRC/Nova Esquerda/Democracia Radical
Milton Temer	4	Força Socialista
Nilmarino Miranda	4	Articulação UNL/CNB
Total de Votações	436	
2003-2006	Número de votações indisciplinadas	Tendência
Joao Fontes	47	Não informado
Walter Pinheiro	37	Democracia Socialista
Baba	36	Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST)
Dra. Clair	34	Independente
Luciana Genro	29	Movimento Esquerda Socialista (MES)
Chico Alencar	22	Independente
Paulo Rubem Santiago	21	Articulação de Esquerda
Ivan Valente	18	Força Socialista/Ação Popular Socialista
Joao Alfredo	16	Democracia Socialista
Total de Votações	443	
2007-2010	Número de votações	Tendência

indisciplinadas		
Iran Barbosa	24	Articulação de Esquerda
Francisco Praciano	17	Democracia Socialista
Anselmo	15	Articulação de Esquerda
Decio Lima	15	Construindo um Novo Brasil
Geraldo Magela	14	Movimento PT
Antonio Carlos Biscaia	13	Independente
Eduardo Valverde	13	Articulação de Esquerda
Henrique Afonso	13	Articulação de Esquerda
Jorge Boeira	13	Não informado
Cida Diogo	12	Articulação de Esquerda
Virgilio Guimaraes	12	Articulação de Esquerda
Total de Votações	617	
2011-2014*	Número de votações indisciplinadas	Tendência
Francisco Praciano	28	Democracia Socialista
Weliton Prado	16	Construindo um Novo Brasil
Alessandro Molon	14	Articulação de Esquerda
Artur Bruno	10	Articulação de Esquerda
Domingos Dutra	10	Articulação de Esquerda
Luiz Sergio	10	Articulação de Esquerda
Total de Votações	392*	

Fontes: Elaboração própria, com base no Banco de Dados Legislativos do CEBRAP, em notícias de jornais online, em sites de parlamentares.